

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	9
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	11
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	12
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	13
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	14
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	15
10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	16
11. REPASSES DA CONTA CENTRALIZADORA DE RECURSOS DE BANDEIRAS TARIFÁRIAS (“CCRBT” OU “CONTA BANDEIRA”)	16
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	16
13. INTANGÍVEL	19
14. FORNECEDORES	20
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	20
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	21
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS	24
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	24
19. PROVISÕES.....	25
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	31
21. RECEITA.....	32
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	34
23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	36
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	37
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	39
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	46
27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	48
28. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	48
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO	49
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	56

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	595.146	318.834
Títulos e Valores Mobiliários	5	334.091	253.191
Consumidores e Revendedores	6	2.518.120	2.496.149
Concessionários – Transporte de Energia	6	161.339	156.141
Tributos Compensáveis	7	121.784	103.034
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8a	230.212	227.445
Estoques		27.337	27.664
Contribuição de Iluminação Pública		142.841	144.128
Reembolso Subsídios Tarifários	10	71.695	71.695
Subvenção Baixa Renda		31.478	31.334
Ativos Financeiros da Concessão	12	690.536	860.466
Outros		357.493	352.386
TOTAL DO CIRCULANTE		5.282.072	5.042.467
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	5	10.344	35.568
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	712.344	708.642
Tributos Compensáveis	7	158.961	188.263
Depósitos Vinculados a Litígios	9	1.046.438	1.030.696
Consumidores e Revendedores	6	60.973	58.453
Concessionários - Transporte de Energia	6	74.736	75.237
Outros Créditos		13.531	13.567
Ativos Financeiros da Concessão	12	438.646	625.173
Intangíveis	13	8.474.673	8.413.168
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		10.990.646	11.148.767
ATIVO TOTAL		16.272.718	16.191.234

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	1.153.656	2.984.287
Debêntures	16	246.621	362.188
Fornecedores	14	994.149	1.307.893
Impostos, Taxas e Contribuições	15	536.961	520.769
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		185.105	185.105
Salários e Encargos Sociais		146.703	147.453
Encargos Regulatórios	17	377.379	459.855
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		55.931	75.462
Obrigações Pós-Emprego	18	127.799	119.803
Contribuição de Iluminação Pública		257.719	257.883
Outras		192.612	219.261
TOTAL DO CIRCULANTE		4.274.635	6.639.959
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	1.200.811	891.216
Debêntures	16	4.445.121	2.782.351
Provisões	19	342.802	291.169
Obrigações Pós-Emprego	18	2.135.032	2.108.908
Impostos, Taxas e Contribuições	15	631.860	631.774
Encargos Regulatórios	17	150.143	129.952
Outras		13.607	20.057
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.919.376	6.855.427
TOTAL DO PASSIVO		13.194.011	13.495.386
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	20		
Capital Social		2.361.998	2.361.998
Reservas de Lucros		735.957	735.957
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(402.107)	(402.107)
Adiantamento para futuro aumento de capital		410.000	-
Prejuízos Acumulados		(27.141)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.078.707	2.695.848
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.272.718	16.191.234

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	31/03/2016	31/03/2015
RECEITA	21	2.689.600	3.064.683
CUSTOS OPERACIONAIS	22		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.276.015)	(1.837.924)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(213.345)	(195.207)
		(1.489.360)	(2.033.131)
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(231.762)	(192.300)
Materiais		(3.757)	(7.331)
Serviços de Terceiros		(133.080)	(140.647)
Amortização		(110.458)	(105.975)
Provisões (Reversões) Operacionais		(67.999)	(13.201)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(218.594)	(202.640)
Outros		(2.708)	(6.783)
		(768.358)	(668.877)
CUSTO TOTAL		(2.257.718)	(2.702.008)
LUCRO BRUTO		431.882	362.675
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(76.561)	(26.952)
Despesas Gerais e Administrativas		(146.775)	(96.718)
Outras Despesas Operacionais		(94.664)	(157.866)
		(318.000)	(281.536)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		113.882	81.139
Receitas Financeiras	23	143.918	242.709
Despesas Financeiras	23	(283.675)	(307.217)
Resultado Antes dos Impostos		(25.875)	16.631
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	(4.968)	(12.714)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	3.702	1.379
RESULTADO DO PERÍODO		(27.141)	5.296
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária		(0,0115)	0,0023

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	31/03/2016	31/03/2015
RESULTADO DO PERÍODO	(27.141)	5.296
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(27.141)</u>	<u>5.296</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Recursos Destinados à aumento de Capital	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	2.261.998	453.017	(232.788)	-	-	2.482.227
Resultado do Período	-	-	-	-	5.296	5.296
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	5.296	5.296
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	100.000	-	100.000
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015	2.261.998	453.017	(232.788)	100.000	5.296	2.587.523
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	2.361.998	735.957	(402.107)	-	-	2.695.848
Resultado do Período	-	-	-	-	(27.141)	(27.141)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	(27.141)	(27.141)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	410.000	-	410.000
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016	2.361.998	735.957	(402.107)	410.000	(27.141)	3.078.707

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015
(Em milhares de Reais)

	31/03/2016	31/03/2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	(27.141)	5.296
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	77.119	69.170
Amortização	121.845	111.671
Provisões para Perdas Operacionais	144.560	40.153
Baixas Líquidas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	9.283	7.764
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	132.204	(550.270)
Juros e Variações Monetárias	196.266	35.107
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.266	11.335
	<u>655.402</u>	<u>(269.774)</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(101.052)	(363.101)
Concessionários – Transporte de Energia	(4.697)	37.753
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	271.792	487.167
Tributos Compensáveis	10.552	5.394
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.767)	(47.450)
Depósitos Vinculados a Litígios	(5.110)	(3.024)
Subvenção Baixa Renda	(144)	(10.933)
Outros	(3.358)	45.374
	<u>165.216</u>	<u>151.180</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(313.744)	3.192
Tributos e Contribuição Social	16.278	31.218
IR e CSLL a pagar	(4.968)	42.904
Salários e Encargos Sociais	(750)	(7.676)
Encargos Regulatórios	(62.285)	233.921
Obrigações Pós-Emprego	(42.999)	(35.431)
Outros	(69.160)	85.583
	<u>(477.628)</u>	<u>353.711</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	342.990	235.117
Juros Pagos	(430.599)	(191.926)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	(55.618)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(87.609)	(12.427)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(55.676)	100.342
Em Fundos Vinculados	(99)	(838)
Em Intangível	(179.155)	(169.129)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(234.930)	(69.625)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.919.316	200.000
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(1.730.465)	(221.034)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	410.000	100.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	598.851	78.966
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	276.312	(3.086)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	318.834	313.799
No fim do exercício	<u>595.146</u>	<u>310.713</u>
	276.312	(3.086)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MÊSES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	31/03/2016		31/03/2015	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	4.912.536		4.413.216	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	218.594		202.640	
Outras Receitas	1.893		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(76.561)		(26.952)	
	<u>5.056.462</u>		<u>4.588.904</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.403.257)		(2.016.472)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(235.091)		(213.225)	
Serviços de Terceiros	(236.333)		(233.982)	
Materiais	(102.976)		(95.134)	
Outros Custos Operacionais	(137.532)		(69.320)	
	<u>(2.115.189)</u>		<u>(2.628.133)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>2.941.273</u>		<u>1.960.771</u>	
RETENÇÕES				
Amortização	(121.845)		(111.671)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>2.819.428</u>		<u>1.849.100</u>	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	143.918		242.709	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>2.963.346</u>		<u>2.091.809</u>	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	313.841	10,61	309.113	14,79
Remuneração Direta	215.358	7,29	216.117	10,34
Benefícios	82.430	2,78	80.536	3,85
FGTS	16.053	0,54	12.460	0,60
Impostos, Taxas e Contribuições	2.336.006	78,82	1.423.367	68,04
Federais	1.195.462	40,34	671.185	32,09
Estaduais	1.138.360	38,41	749.800	35,84
Municipais	2.184	0,07	2.382	0,11
Remuneração de Capitais de Terceiros	340.640	11,49	354.033	16,92
Juros	323.114	10,90	331.855	15,86
Aluguéis	17.526	0,59	22.178	1,06
Remuneração de Capital Próprio	(27.141)	(0,92)	5.296	0,25
Lucros (Prejuízos) Retidos	(27.141)	(0,92)	5.296	0,25
	<u>2.963.346</u>	<u>100,00</u>	<u>2.091.809</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.119.317 consumidores em 31 de março de 2016 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do novo prazo de concessão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR). Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras anuais em 31 de dezembro de 2015.

Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2016, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 29 de abril de 2016.

Em 13 de maio de 2016, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2015 e as Informações Contábeis Intermediárias de 31 de março de 2016, é conforme a seguir:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2015	31/03/2016	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informações por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
10	9	Depósitos Vinculados a Litígios
11	10	Reembolsos Subsidiários Tarifários
12	11	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)
13	12	Ativos Financeiros da Concessão
14	13	Intangível
15	14	Fornecedores
16	15	Impostos, Taxas e Contribuições
17	16	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
18	17	Encargos Regulatórios
19	18	Obrigações Pós-Emprego
20	19	Provisões
21	20	Patrimônio Líquido
22	21	Receita
23	22	Custos e Despesas Operacionais
24	23	Receitas e Despesas Financeiras
25	24	Transações com Partes Relacionadas
26	25	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
27	26	Mensuração Pelo Valor Justo
31	27	Transações Não Envolvendo Caixa
32	28	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2015 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias (ITR), por não apresentarem alterações aplicáveis ao contexto das informações trimestrais, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões
28	Seguros
29	Obrigações Contratuais
30	Reajuste Tarifário Anual

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao seu desempenho, no trimestre findo em 31 de março de 2016, estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação da CVM.

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2016	31/12/2015
Contas Bancárias	32.421	41.337
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	434.288	239.127
Overnight	128.437	38.370
	562.725	277.497
	595.146	318.834

As Aplicações Financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 107% conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada (que varia entre 14,13% e 14,15%) e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/03/2016	31/12/2015
Certificados de depósitos bancários	40.642	73.393
Letras Financeiras – Bancos	195.598	140.294
Letras Financeiras do Tesouro	42.127	27.491
Debêntures	65.608	47.151
Outros	460	430
	344.435	288.759
Ativo Circulante	334.091	253.191
Ativo Não Circulante	10.344	35.568

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, na contratação.

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 107% conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 104,8% a 116,7% do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento Exclusivo da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 108% a 113% do CDI.

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 25. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 24.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/03/2016	31/12/2015
Residencial	788.524	402.458	254.233	1.445.215	1.380.543
Industrial	162.260	55.189	136.735	354.184	359.202
Comércio, Serviços e Outras	454.779	118.108	148.597	721.484	700.780
Rural	135.642	47.754	50.068	233.464	242.413
Poder Público	86.242	33.306	30.806	150.354	152.591
Iluminação Pública	37.804	3.133	8.475	49.412	56.374
Serviço Público	78.470	10.308	24.882	113.660	118.392
Subtotal – Consumidores	1.743.721	670.256	653.796	3.067.773	3.010.295
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	17	17	18
Concessionários – Transporte de Energia	139.008	10.574	198.007	347.589	342.891
Suprimento – Energia de Curto Prazo	-	-	861	861	861
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(601.072)	(601.072)	(568.085)
	1.882.729	680.830	251.609	2.815.168	2.785.980
Ativo Circulante				2.679.459	2.652.290
Ativo Não Circulante				135.709	133.690

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/03/2016	31/12/2015
Residencial	238.540	212.849
Industrial	95.574	92.992
Comércio, Serviços e Outras	112.499	108.527
Rural	17.739	17.206
Poder Público	11.443	11.318
Iluminação Pública	4.129	4.131
Serviço Público	9.634	9.549
Concessionários – Transporte de Energia	111.514	111.513
	601.072	568.085

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	601.258
Constituições	26.952
Baixas	(18.435)
Saldo em 31 de março de 2015	609.775
Saldo em 31 de dezembro de 2015	568.085
Constituições	76.561
Baixas	(43.574)
Saldo em 31 de março de 2016	601.072

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
ICMS a Recuperar	76.100	53.493
COFINS	35.284	38.442
PIS-PASEP	7.661	8.346
Outros	2.739	2.753
	121.784	103.034
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	104.521	122.289
COFINS	44.791	54.267
PIS-PASEP	9.649	11.707
	158.961	188.263
	280.745	291.297

Os créditos de PIS-PASEP, COFINS e ICMS a recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após março de 2017.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ e antecipações em 2016 superiores aos valores devidos deste ano-calendário que serão compensados com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
Imposto de Renda	154.559	153.221
Contribuição Social	75.653	74.224
	230.212	227.445

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	31/03/2016	31/12/2015
Ativos Fiscais Diferidos		
Obrigações Pós-Emprego	568.257	558.256
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	212.225	201.009
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	153.155	153.155
Provisões Operacionais	116.553	98.997
Taxa de Administração	7.032	7.126
Outros	19.005	25.648
	1.076.227	1.044.191
Passivos Fiscais Diferidos		
Atualização do Ativo Financeiro - Base de Remuneração de Ativos	(221.413)	(220.815)
Encargos Financeiros Capitalizados	(119.948)	(107.676)
Custo de Captação	(22.522)	(7.058)
	(363.883)	(335.549)
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	712.344	708.642

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	860.964
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	1.379
Saldo em 31 de março de 2015	862.343
Saldo em 31 de dezembro de 2015	708.642
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	3.702
Saldo em 31 de março de 2016	712.344

Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	31/03/2016	31/03/2015
Resultado Antes dos Impostos	(25.875)	16.631
Imposto de Renda e Contribuição Social – Benefício (Despesa) Nominal	8.797	(5.655)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	193	282
Contribuições e Doações Indedutíveis	(436)	(389)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(1.627)	(385)
Multas Indedutíveis	(5.152)	(2.218)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(3.021)	(2.860)
Outros	(20)	(110)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(1.266)	(11.335)
Alíquota Efetiva	4,89%	68,15%
Corrente	(4.968)	(12.714)
Diferido	3.702	1.379

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	31/03/2016	31/12/2015
Trabalhista	277.662	268.750
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	113.359	108.862
	731.681	727.184
Outros		
Regulatório	19.072	18.070
Cível	6.189	4.049
Relações de Consumo	2.565	2.289
Bloqueio Judicial	4.842	6.114
Outros	4.427	4.240
	37.095	34.762
	1.046.438	1.030.696

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15 das Informações Contábeis Intermediárias.

10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 31 de março de 2016, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$215.085 (R\$147.812 em 31 de março de 2015). Do valor provisionado, a Companhia tem a receber R\$71.695 (R\$71.695 em 31 de dezembro de 2015), reconhecidos no ativo circulante.

11. REPASSES DA CONTA CENTRALIZADORA DE RECURSOS DE BANDEIRAS TARIFÁRIAS (“CCRB” OU “CONTA BANDEIRA”)

A Conta Bandeira destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente à Conta Bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

Em 31 de março de 2016, os repasses da Conta Bandeira totalizaram R\$271.792 (R\$82.749 em 31 de março de 2015) e foram reconhecidos como uma realização parcial do Ativo Financeiro – CVA.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	31/03/2016	31/12/2015
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)	163.790	135.983
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	965.392	1.349.656
	1.129.182	1.485.639
Ativo Circulante	690.536	860.466
Ativo Não Circulante	438.646	625.173

a) Ativos relacionados à Infraestrutura

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Em 21 de dezembro de 2015, foi assinado o Quinto Termo Aditivo aos Contratos de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, prorrogando as Concessões por mais 30 anos, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2045. Desta forma, para definição do Ativo Financeiro, foi utilizado como referência o novo Termo Aditivo assinado, com a transferência para o Ativo Intangível, em 31 de dezembro de 2015, da parcela do Ativo Financeiro que será utilizada durante a vigência do novo prazo de concessão.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.943.682
Transferências do Ativo Intangível	185.457
Baixas	(6.843)
Atualização Financeira Líquida	91.553
Saldo em 31 de março de 2015	6.213.849
Saldo em 31 de dezembro de 2015	135.983
Transferências do Ativo Intangível	25.961
Baixas	-
Atualização Financeira Líquida	1.846
Saldo em 31 de março de 2016	163.790

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros:

Saldos em 31/03/2016	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo Líquido apresentado no Balanço Patrimonial
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Itens da "Parcela A"					
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	120.939	-	2.387	-	123.326
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	889	(4.461)	-	(88)	(3.660)
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	12.020	-	238	-	12.258
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	26.649	-	527	-	27.176
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	-	(321.461)	-	(12.113)	(333.574)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.359.516	(1.019.023)	46.008	(19.705)	1.366.796
Outros Componentes Financeiros					
Sobrecontratação de Energia	-	(560.500)	-	(4.980)	(565.480)
Neutralidade da Parcela A	157.467	(148)	3.115	-	160.434
Outros Itens Financeiros (1)	2.958	(52)	259.467	-	262.373
Bandeiras Tarifárias (2)	-	(84.257)	-	-	(84.257)
TOTAL	2.680.438	(1.989.902)	311.742	(36.886)	965.392

Saldos em 31/12/2015	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Itens da "Parcela A"					
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	248.672	-	88.130	-	336.802
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	41.901	(328)	3.123	-	44.696
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	7.913	(2)	2.663	-	10.574
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	4.871	(1.168)	1.784	-	5.487
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	323	(254.826)	-	(53.142)	(307.645)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.020.792	(738.578)	572.207	(204.410)	1.650.011
Outros Componentes Financeiros					
Sobrecontratação de Energia	-	(407.958)	-	(122.194)	(530.152)
Neutralidade da Parcela A	88.056	(1.834)	30.684	-	116.906
Outros Itens Financeiros (1)	10.917	(699)	170.345	-	180.563
Bandeiras Tarifárias (2)	-	(157.586)	-	-	(157.586)
TOTAL	2.423.445	(1.562.979)	868.936	(379.746)	1.349.656

(1) Em 2015 a Aneel definiu as novas tarifas da CDE em cumprimento à decisão liminar do processo judicial que suspendeu parte do pagamento do encargo da CDE pelos membros da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Essa suspensão refletiu na redução da receita da Cemig D, sendo que a parcela desonerada dos associados será rateada entre os demais consumidores no próximo ciclo tarifário.

(2) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	31/03/2016	31/12/2015
Ativo	45.041	2.947.139	2.992.180	3.292.381
Passivo	(45.507)	(1.981.281)	(2.026.788)	(1.942.725)
	(466)	965.858	965.392	1.349.656

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.106.675
(+) Constituição	675.785
(-) Amortização	(92.027)
(-) Repasse de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(487.167)
(+) Atualização Selic	40.486
Saldo em 31 de março de 2015	1.243.752
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.349.656
(+) Constituição	5.411
(-) Amortização	(137.615)
(-) Repasse de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(271.792)
(+) Atualização Selic	19.732
Saldo em 31 de março de 2016	965.392

(1) Mais detalhes na Nota Explicativa nº 11.

13. INTANGÍVEL

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contratos de concessão, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

a) Composição do saldo em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

	31/03/2016			31/12/2015		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual
Ativos da Concessão Líquidos	13.560.475	(6.352.072)	7.208.403	13.477.712	(6.240.383)	7.237.329
Intangível em Curso	1.266.270	-	1.266.270	1.175.839	-	1.175.839
Total Intangível	14.826.745	(6.352.072)	8.474.673	14.653.551	(6.240.383)	8.413.168

b) Mutações do Ativo Intangível em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.484.231
Adições	202.640
Transferências	(185.457)
Baixas	(710)
Amortização	(111.882)
Saldo em 31 de março de 2015	1.388.822
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.413.168
Adições	218.594
Transferências para o Ativo Financeiro	(25.961)
Baixas	(9.283)
Amortização	(121.845)
Saldo em 31 de março de 2016	8.474.673

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. No montante de adições de R\$218.594 está contemplado R\$39.439 a título de Encargos Financeiros Capitalizados (R\$33.511 em 31 de março de 2015), conforme apresentado na Nota Explicativa 16.

14. FORNECEDORES

	31/03/2016	31/12/2015
Energia de curto prazo - CCEE	158.328	302.582
Encargos de uso da rede elétrica	56.086	57.708
Energia elétrica comprada para revenda	395.978	417.770
Itaipu binacional	206.617	314.859
Materiais e serviços	177.140	214.974
	994.149	1.307.893

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
ICMS	419.528	372.450
COFINS	70.345	89.871
PIS-PASEP	15.142	19.122
INSS	14.320	15.228
ISSQN	5.707	6.524
Outros	11.919	17.574
	536.961	520.769
Não Circulante		
COFINS	519.892	519.818
PIS-PASEP	111.968	111.956
	631.860	631.774
	1.168.821	1.152.543

As obrigações de PASEP/COFINS registradas no passivo não circulante referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até os fatos geradores ocorridos em julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos. Adicionalmente, a partir de julho de 2015, a Companhia passou a efetuar provisão de PASEP/COFINS sobre a atualização do Ativo Financeiro, em conformidade à legislação tributária em vigor a partir dessa data.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	31/03/2016						31/12/2015
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	3.125	27.843	30.968	32.109
KFW	2016	4,50%	EUR	2.704	-	2.704	2.804
Dívida em Moeda Estrangeira				5.829	27.843	33.672	34.913
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A	2016	104,25% do CDI	R\$	830.959	-	830.959	803.698
Banco do Brasil S.A	2017	108,33% do CDI	R\$	82.759	66.546	149.305	143.937
Banco do Brasil S.A	2017	111,00% do CDI	R\$	54.000	49.814	103.814	99.759
Banco do Brasil S.A	2020	114,00% do CDI	R\$	27.396	491.500	518.896	499.017
Nota Promissória 8ª Emissão	2016	111,70% do CDI	R\$	-	-	-	1.889.350
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	47.561	123.966	171.527	184.764
Grandes Consumidores (2)	2018	Diversas	R\$	3.605	2.283	5.888	7.866
BNDES	2020	TJLP+2,48%	R\$	2.303	8.492	10.795	11.323
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R\$	100.803	83.333	184.136	200.876
Caixa Econômica Federal	2020	132,14% do CDI	R\$	(1.559)	347.034	345.475	-
Dívida em Moeda Nacional				1.147.827	1.172.968	2.320.795	3.840.590
Total de Empréstimos e Financiamentos				1.153.656	1.200.811	2.354.467	3.875.503
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69%	R\$	7.153	410.667	417.820	461.258
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	7.850	1.389.378	1.397.228	1.402.391
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	5.140	828.817	833.957	839.428
Debêntures 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96%	R\$	236.807	226.773	463.580	441.462
Debêntures 4ª Emissão (3)	2018	CDI + 4,05%	R\$	(10.329)	1.589.486	1.579.157	-
Total de Debêntures				246.621	4.445.121	4.691.742	3.144.539
Total Geral				1.400.277	5.645.932	7.046.209	7.020.042

- (1) Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R\$161.944, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R\$130.976. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- (2) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%); Vallourec (TR+9%);
- (3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	3.125	-	-	-	-	-	-	27.843	30.968
Euro	2.704	-	-	-	-	-	-	-	2.704
Total por Moedas	5.829	-	-	-	-	-	-	27.843	33.672
Indexadores									
IPCA (1)	249.901	226.378	(394)	458.467	458.466	472.603	207.309	622.035	2.694.765
UFIR/RGR (2)	36.620	40.202	35.362	23.562	20.465	5.685	5.543	4.088	171.527
CDI (3)	621.094	1.338.701	1.665.643	303.298	200.826	-	-	-	4.129.562
TR (4)	1.730	-	494	-	-	-	-	-	2.224
IGP-DI (5)	1.270	1.011	769	513	101	-	-	-	3.664
TJLP (6)	1.739	2.264	2.264	2.264	2.264	-	-	-	10.795
Total por Indexadores	912.354	1.608.556	1.704.138	788.104	682.122	478.288	212.852	626.123	7.012.537
Total Geral	918.183	1.608.556	1.704.138	788.104	682.122	478.288	212.852	653.966	7.046.209

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
- (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- (4) Taxa Referencial (TR);
- (5) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);
- (6) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição Acumulada no 1º Trimestre 2016 %	Varição Acumulada no 1º Trimestre 2015 %	Indexador	Varição Acumulada no 1º Trimestre 2016 %	Varição Acumulada no 1º Trimestre 2015 %
Dólar Norte-Americano	(8,86)	20,77	IPCA	2,62	3,83
Euro	(4,62)	6,78	CDI	3,25	2,81

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debentures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.048.250
Empréstimos Obtidos	200.000
Varição Monetária e Cambial	99.603
Encargos Financeiros Provisonados	134.542
Encargos Financeiros Pagos	(191.926)
Amortização de Financiamentos	(221.034)
Saldo em 31 de março de 2015	6.069.435
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.020.042
Empréstimos Obtidos	1.969.900
Custos de Captação	(50.584)
Empréstimos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	1.919.316
Varição Monetária e Cambial	77.204
Encargos Financeiros Provisonados	190.711
Encargos Financeiros Pagos	(430.599)
Amortização de Empréstimos	(1.730.465)
Saldo em 31 de março de 2016	7.046.209

Foram transferidos R\$17.469 para o curto prazo em 2016 em decorrência do fluxo de pagamentos dos contratos vigentes.

Encargos Financeiros Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	31/03/2016	31/03/2015
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	190.711	134.542
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível (1)	(39.439)	(33.511)
Efeito Líquido no Resultado	151.272	101.031

(1) Taxa média de capitalização no período: 3,58% no período de janeiro a março de 2016.

Captações de Recursos

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor (*)
Moeda Nacional				
Caixa Econômica Federal (1)	22/03/2016	2020	132,14% do CDI	344.691
Debêntures (2)	28/03/2016	2018	CDI+4,05	1.574.625
Total de Captações				1.919.316

*Líquido do custo de captação.

(1) A Cemig D emitiu, em 22 de março de 2016, em favor da Caixa Econômica Federal, uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$750 milhões de reais, cuja finalidade consiste no pagamento de dívidas da companhia vincendas no primeiro semestre do ano de 2016. A taxa de juros é de 132,14% do CDI a.a. e o prazo total da operação é de 48 meses, sendo 18 meses de carência para o principal, com o pagamento de juros trimestral nesse período e a amortização será efetuada em 30 meses, com o pagamento mensal das parcelas do principal e juros. Os recursos serão desembolsados pela Caixa Econômica Federal em 8 parcelas, no período compreendido entre o mês de março e o mês de maio do ano de 2016. Do total do montante, foram liberados R\$355 milhões em março de 2016, R\$300 milhões em abril de 2016 e R\$40 milhões em maio de 2016;

- (2) A Cemig D concluiu em 28 de março de 2016 sua 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 1.615 milhões, em série única, com data de emissão em 15 de dezembro de 2015, com prazo de vigência de 3 anos. As debêntures serão remuneradas anualmente pela variação do CDI + 4,05% a.a. e o principal será amortizado em duas parcelas iguais vincendas em dezembro de 2017 e dezembro de 2018. Os recursos captados serão utilizados para o pagamento da 8ª emissão de notas promissórias da Companhia.

Garantias

Em 31 de março de 2016, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Notas Promissórias e Aval	4.896.080
Recebíveis	1.680.661
Sem Garantia	469.468
TOTAL	7.046.209

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 31 de março de 2016, possuem as seguintes características:

	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Saldo em 31/03/2016	Saldo em 31/12/2015
1ª Série - 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	417.820	461.258
2ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	1.397.228	1.402.391
3ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	833.957	839.428
2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	463.580	441.462
4ª Emissão	Fiança	CDI + 4,05%	1.579.157	-
TOTAL			4.691.742	3.144.539

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva (“Covenant”) atrelada a índices financeiros apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro da Garantidora Cemig Holding, auditado por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de valores Mobiliários (CVM), conforme segue:

Descrição das Cláusulas Restritivas	Índices Requeridos
Patrimônio/Ativo Total	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%
Dívida Líquida / EBITDA	Menor ou igual a 4 vezes

Caso a Garantidora CEMIG não consiga atingir os índices requeridos, a Companhia terá até 30 dias, contados da data de comunicação por escrito do banco sobre o não atingimento de algum dos índices, para constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/03/2016	31/12/2015
Eficiência Energética	224.190	207.162
Pesquisa e Desenvolvimento	46.683	41.895
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	192.850	276.346
Reserva Global de Reversão – RGR	30.258	30.258
Encargos de Capacidade Emergencial	30.997	30.997
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.287	1.287
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	50	655
	527.522	589.807
Passivo Circulante	377.379	459.855
Passivo Não Circulante	150.143	129.952

18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	579.228	821.325	23.566	482.852	1.906.971
Despesa Reconhecida no Resultado	27.396	26.043	750	14.981	69.170
Contribuições Pagas	(20.301)	(12.646)	(381)	(2.103)	(35.431)
Passivo Líquido em 31 de março de 2015	586.323	834.722	23.935	495.730	1.940.710
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	836.260	971.830	21.959	398.662	2.228.711
Despesa Reconhecida no Resultado	29.398	33.471	755	13.495	77.119
Contribuições Pagas	(22.448)	(16.077)	(403)	(4.071)	(42.999)
Passivo Líquido em 31 de março de 2016	843.210	989.224	22.311	408.086	2.262.831
				31/03/2016	31/12/2015
Passivo Circulante				127.799	119.803
Passivo Não Circulante				2.135.032	2.108.908

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig Distribuição, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

19. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2016
Trabalhistas	216.101	33.063	(1.187)	(6.957)	241.020
Cíveis					
Relações de Consumo	14.084	3.274	-	(2.202)	15.156
Outras Ações Cíveis	26.885	5.821	-	(1.046)	31.660
	40.969	9.095	-	(3.248)	46.816
Tributárias	3.313	11	(70)	(12)	3.242
Ambientais	60	-	(57)	-	3
Regulatórias	20.814	21.474	-	(1.522)	40.766
Outras	9.912	5.670	-	(4.627)	10.955
Total	291.169	69.313	(1.314)	(16.366)	342.802

	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2015
Trabalhistas	236.345	9.436	-	(3.065)	242.716
Cíveis					
Relações de Consumo	15.965	3.887	(759)	(3.887)	15.206
Outras Ações Cíveis	23.694	7.510	-	(1.987)	29.217
	39.659	11.397	(759)	(5.874)	44.423
Tributárias	9.561	798	(7.033)	(9)	3.317
Ambientais	51	2	-	-	53
Regulatórias	10.874	241	-	(59)	11.056
Outras	6.632	52	(933)	(32)	5.719
Total	303.122	21.926	(8.725)	(9.039)	307.284

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$799.371 (R\$769.656 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$241.020 (R\$216.101 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

O aumento no valor da contingência deve-se, dentre outros fatores, ao maior volume de ações movidas por ex-empregados, decorrente dos desligamentos realizados nos últimos anos, bem como ao maior volume de ações onde se discute a periculosidade sobre a remuneração, em função de novas teses que surgiram após alterações legislativas recentes.

Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$20.741 (R\$18.685 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$15.156 (R\$14.084 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$169.718 (R\$158.141 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$31.660 (R\$26.885 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$18.815 (R\$17.539 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$3.242 (R\$3.313 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$162.153 (R\$135.494 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$40.766 (R\$20.814 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$73.016 (R\$65.870 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$10.958 (R\$9.972 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$172.854 (R\$169.518 em 31 de dezembro de 2015), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$193.571 (R\$188.968 em 31 de dezembro de 2015) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$962.673 (R\$937.279 em 31 de dezembro de 2015). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$318.879 (R\$311.370 em 31 de dezembro de 2015) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$168.749 (R\$164.172 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$21.775 (R\$20.782 em 31 de dezembro de 2015).

Adicionalmente, a Controladora é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.328.391 (R\$1.279.556 em 31 de dezembro de 2015), para os quais a Controladora classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia poderá ser impactada.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização inédita em relação à aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O montante desta contingência é de R\$68.023 (R\$66.170 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da regularidade e legalidade dos atos normativos expedidos pela ANEEL, os quais norteiam as ações da Companhia, bem como em razão da conformidade das Resoluções Normativas da ANEEL em relação ao ordenamento jurídico, além da existência de interesse público na transferência dos ativos de energia elétrica e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$233.808 (R\$222.449 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$287.864 (R\$272.443 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da existência de previsão legal e contratual para a prática das tarifas discutidas, ocasionando a falta de sustentação jurídica do pleito e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Outros Passivos Contingentes

Programa Luz para Todos – Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$213.755 (R\$202.172 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$35.090 (R\$33.097 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a possibilidade de perda como possível.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$24.696 (R\$23.885 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$119.957 (R\$117.852 em 31 de dezembro de 2015), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de março de 2016, o Capital Social da Companhia é de R\$2.361.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Resultado por ação

O Resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	31/03/2016	31/03/2015
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.261.998
Resultado do Período	(27.141)	5.296
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	(0,01150)	0,00234

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro (Prejuízo) Diluído é igual ao Lucro (Prejuízo) Básico.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 16 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração deliberou autorizar a transferência, à Cemig Distribuição, do montante de até R\$410.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária da Cemig D, a ser convocada. O repasse dos recursos ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, nos montantes de R\$360.000 e R\$50.000, respectivamente.

21. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	31/03/2016	31/03/2015
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	4.330.935	3.388.991
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	417.175	226.156
Constituição (Realização) de CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	(132.204)	550.270
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (d)	218.594	202.640
Outras Receitas Operacionais (e)	296.630	247.801
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(2.441.530)	(1.551.175)
	2.689.600	3.064.683

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Residencial	2.490.519	2.563.143	2.023.634	1.546.762
Industrial	831.301	951.678	490.599	401.179
Comércio, Serviços e Outros	1.515.276	1.595.777	1.120.223	823.187
Rural	723.827	794.723	322.553	254.149
Poder Público	215.402	217.588	134.446	105.804
Iluminação Pública	329.062	331.051	137.865	100.151
Serviço Público	292.885	316.384	136.947	108.826
Subtotal	6.398.272	6.770.344	4.366.267	3.340.058
Consumo Próprio	9.452	9.819	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(35.332)	48.933
Total	6.407.724	6.780.163	4.330.935	3.388.991

(*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

As receitas decorrentes das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros passaram a ser reconhecidas a partir dos aditamentos dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, realizados em 10 de dezembro de 2014. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário.

d) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 13 e 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

e) Outras Receitas Operacionais

	31/03/2016	31/03/2015
Serviço Taxado	1.425	4.127
Outras Prestações de Serviços	2.670	2.225
Subvenções (*)	265.503	195.158
Aluguel e Arrendamento	25.432	21.607
Glosas autorizadas pela CCEE em faturas de energia	-	21.784
Outras	1.600	2.900
	296.630	247.801

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

f) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	31/03/2016	31/03/2015
Impostos sobre a Receita		
ICMS	1.137.743	749.078
PIS-PASEP	81.197	69.728
COFINS	374.012	321.557
ISSQN	122	92
	1.593.074	1.140.455
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	10.303	14.384
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	550.745	291.718
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	4.121	5.754
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	4.121	5.754
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	2.060	2.876
Encargos Consumidor Bandeiras Tarifárias	273.265	87.122
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	3.841	3.112
	848.456	410.720
	2.441.530	1.551.175

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/03/2016	31/03/2015
Pessoal (a)	288.395	228.260
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	-	61.622
Obrigações Pós-Emprego (nota 18)	49.963	41.774
Materiais	8.215	9.814
Serviços de Terceiros (b)	166.977	156.942
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.276.015	1.837.924
Amortização	121.845	111.671
Provisões Operacionais (d)	144.560	40.153
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	213.345	195.207
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	218.594	202.640
Outras Despesas Líquidas (f)	87.809	97.537
	2.575.718	2.983.544

a) Despesas com Pessoal	31/03/2016	31/03/2015
Remunerações e Encargos	241.542	198.267
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	19.329	13.090
Benefícios Assistenciais	37.074	26.495
	297.945	237.852
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(14.336)	(10.725)
Provisão Prêmio Aposentadoria (Recuperação de despesas)	4.786	1.133
	288.395	228.260

b) Serviços de Terceiros	31/03/2016	31/03/2015
Leitura de Medidores e Entrega de Contas	35.804	29.428
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	60.411	47.948
Comunicação	16.057	11.410
Conservação e Limpeza de Prédios	15.099	15.105
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	1.465	5.222
Corte e Religação	1.180	7.682
Podas de Árvores	1.978	4.936
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	4.114	4.827
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	10.415	2.997
Mão de Obra Contratada	1.136	377
Hospedagem e Alimentação	1.629	3.095
Vigilância	2.581	2.567
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	936	1.177
Manutenção e Conservação de Veículos	1.167	1.723
Reprografia e Publicações Legais	2.404	2.481
Consultoria	1.829	1.407
Outros	8.772	14.560
	166.977	156.942

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	31/03/2016	31/03/2015
Energia de Itaipu Binacional	316.575	369.670
Contratos por Cotas de Garantia Física	130.579	57.550
Cotas das Usinas de Angra I e II	54.227	48.958
Energia de Curto Prazo	86.245	244.618
Contratos Bilaterais	68.822	75.528
Energia adquirida em Leilão	665.444	1.158.643
PROINFA	81.365	61.505
Créditos de PASEP/COFINS	(127.242)	(178.548)
	1.276.015	1.837.924

d) Provisões (Reversões) Operacionais	31/03/2016	31/03/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	76.561	26.952
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	31.876	9.436
Cíveis	9.095	10.638
Tributárias	(59)	(6.235)
Ambientais	(57)	2
Regulatórias	21.474	241
Outras	5.670	(881)
	67.999	13.201
	144.560	40.153

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	31/03/2016	31/03/2015
Pessoal	14.457	10.760
Materiais	94.761	85.320
Serviços de Terceiros	69.354	77.040
Encargos Financeiros	39.439	24.638
Aquisição de Imóveis e Instalações	-	1.817
Arrendamentos e Aluguéis	136	153
Impostos e Taxas	162	25
Outros	285	2.887
	218.594	202.640

f) Outras Despesas Líquidas	31/03/2016	31/03/2015
Arrendamentos e Aluguéis	16.926	21.317
Propaganda e Publicidade	1.094	1.094
Consumo Próprio de Energia Elétrica	5.801	3.870
Subvenções e Doações	2.401	2.068
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	2.705	25.934
Anuidade CCEE	967	1.035
Seguros	540	487
Forluz – Custeio Administrativo	4.371	3.999
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	11.886	17.811
Agentes Arrecadadores	17.875	17.484
Outras	23.243	2.438
	87.809	97.537

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, que não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/03/2016	31/03/2015
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	24.051	6.903
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	70.013	44.583
Variações Cambiais	14.208	53.008
Variações Monetárias	849	1.232
Variação Monetária Depósitos Judiciais	10.632	-
Atualização do Ativo Financeiro BRR	1.846	91.553
Variação Monetária - CVA	19.732	40.486
PASEP e COFINS incidente sobre as Rec.Financ.	(7.281)	-
Outras	9.868	4.944
	143.918	242.709
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(151.272)	(101.031)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(27.156)	(27.396)
Variações Cambiais	(17.126)	(60.814)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(80.040)	(94.429)
Variação Monetária de P&D e PEE	(5.767)	(4.208)
Outras Variações Monetárias	(1.280)	(841)
Outras	(1.034)	(18.498)
	(283.675)	(307.217)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(139.757)	(64.508)

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Controladora								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	3.133	12.462	-	-	(3.133)	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	185.105	185.105	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	1.563	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	3.102	3.710	11.698	11.464	9.195	10.621	(27.844)	(57.901)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	293	293	-	-	-	-	-	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	8.178	10.519	-	-	(17.500)	(13.001)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	27.648	15.639	-	-	(46.077)	(31.224)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	6.264	6.616	-	-	(13.885)	(14.855)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	282	811	-	-	954	994	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura (3)	2.013	1.734	-	-	1.210	643	-	-
Prestação de serviço (4)	-	-	1.962	955	-	-	(1.962)	(1.441)
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviço (5)	-	-	1.735	1.725	-	-	(12.364)	(5.434)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (6)	20.600	18.674	-	-	37.073	29.035	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	478.266	302.865	-	-	18.422	3.760	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	10.333	4.968	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (7)	-	-	57.614	55.040	-	-	(29.398)	(27.396)
Despesa com pessoal (8)	-	-	-	-	-	-	(19.329)	(13.090)
Custeio Administrativo (9)	-	-	-	-	-	-	(4.371)	(3.999)
Arrendamento Operacional (10)	-	-	1.194	1.194	-	-	(3.581)	(1.176)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (7)	-	-	785.596	781.220	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	83.755	56.345	-	-	(34.226)	(26.793)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	927.780	937.444	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (3) Compartilhamento de infraestrutura excedente da distribuição e linhas de distribuição, compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig Distribuição e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecomunicações. Não há índice de reajuste;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos, corrigido pelo IGP-M;
- (5) Refere-se a obrigações e despesas com desenvolvimento de software de gestão;
- (6) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (7) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 18);
- (8) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 22) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (9) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (10) Aluguel do edifício sede;
- (11) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 18).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 14 e 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo - FIC Pampulha

A Cemig Distribuição aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de março de 2016, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação da Cemig Distribuição no fundo de investimento estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/03/2016	31/12/2015
				Cemig Distribuição 31,23%	Cemig Distribuição 22,22%
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	1.598	2.520
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	15.970	11.076
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	3.010	2.402
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	16.780	11.884
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	7.048	4.832
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	8.810	6.041
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	3.239	2.235
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	919	632
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	3.156	-
				60.530	41.622

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos primeiros trimestres de 2016 e 2015, são demonstrados na tabela abaixo:

	31/03/2016	31/03/2015
Remuneração	1.036	1.429
Participação nos Resultados	-	172
Benefícios Assistenciais	107	141
Total	1.143	1.742

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Subvenção de Baixa Renda, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios, Fundos Vinculados, Ativos financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda e Reembolso Subsídios Tarifários. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;

- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 4,05%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e para a Dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07% e CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	31/03/2016		31/12/2015	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	562.725	562.725	277.497	277.497
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	2.815.168	2.815.168	2.785.980	2.785.980
Depósitos Vinculados a Litígios	1.046.438	1.046.438	1.030.696	1.030.696
Subvenção Baixa Renda	31.478	31.478	31.334	31.334
Reembolso Subsídios Tarifários	71.695	71.695	71.695	71.695
Fundos Vinculados	188	188	89	89
CVA e Outros Componentes Financeiros	965.392	965.392	1.349.656	1.349.656
	5.493.084	5.493.084	5.546.947	5.546.947
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	163.790	163.790	135.983	135.983
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	11.440	11.395	37.139	37.082
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	332.995	332.995	251.620	251.620
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao Custo Amortizado				
Fornecedores	994.149	994.149	1.307.893	1.307.893
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.046.209	6.988.603	7.020.042	6.427.743
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	592.693	592.693	587.984	587.984
	8.633.051	8.575.445	8.915.919	8.323.620

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	31/03/2016		31/12/2015	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	8.701	30.968	8.223	32.109
Fornecedores (Itaipu Binacional)	54.636	206.617	82.983	314.859
	63.337	237.585	91.206	346.968
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	667	2.704	660	2.804
Passivo Líquido Exposto		240.289		349.772

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2017 será uma valorização de 5,93% para o dólar (R\$3,770) e uma valorização de 2,20% para o Euro (R\$4,143). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/03/2016	Cenário Provável	Cenário Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	30.968	32.804	41.009	49.206
Fornecedores (Itaipu Binacional)	206.617	218.867	273.613	328.301
	237.585	251.671	314.622	377.507
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	2.704	2.763	3.454	4.145
Passivo Líquido Exposto	240.289	254.434	318.076	381.652
Efeito Líquido da Variação Cambial		14.145	77.787	141.363

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2016. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	31/03/2016	31/12/2015
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	562.725	277.497
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	344.435	288.759
Fundos Vinculados	188	89
CVA e Outros Componentes Financeiros (nota 12)	965.392	1.349.656
	<u>1.872.740</u>	<u>1.916.001</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos - CDI (nota 16)	(4.129.562)	(4.097.895)
	<u>(2.256.822)</u>	<u>(2.181.894)</u>
Passivo Líquido Exposto		

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2017, a taxa SELIC será de 13,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

A estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/03/2016	31 de março de 2017		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 13,50%	Cenário SELIC 16,88%	Cenário SELIC 20,25%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	562.725	638.693	657.713	676.677
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	344.435	390.934	402.576	414.183
Fundos Vinculados	188	213	220	226
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	965.392	1.095.720	1.128.350	1.160.884
	<u>1.872.740</u>	<u>2.125.560</u>	<u>2.188.859</u>	<u>2.251.970</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (nota 16)	(4.129.562)	(4.687.053)	(4.826.632)	(4.965.798)
	<u>(2.256.822)</u>	<u>(2.561.493)</u>	<u>(2.637.773)</u>	<u>(2.713.828)</u>
Passivo Líquido Exposto				
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		<u>(304.671)</u>	<u>(380.951)</u>	<u>(457.006)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 31 de março de 2016, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	31/03/2016	31/12/2015
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IPCA (nota 12) (*)	122.420	120.853
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.694.765)	(2.683.281)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(592.693)	(587.984)
Passivo Líquido Exposto	(3.165.038)	(3.150.412)

(*) Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL por meio do Despacho 729 de 25/03/2014.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2017, o IPCA será de 6,03%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/03/2016	31 de março de 2017		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 6,03%	Cenário IPCA 7,53%	Cenário IPCA 9,04%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IPCA (nota 12)	122.420	129.796	131.638	133.487
Passivos				
Empréstimos Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.694.765)	(2.857.131)	(2.897.681)	(2.938.372)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(592.693)	(628.404)	(637.323)	(646.272)
Passivo Líquido Exposto	(3.165.038)	(3.355.739)	(3.403.366)	(3.451.157)
Efeito Líquido da Variação do IPCA		(190.701)	(238.328)	(286.119)

Risco de Liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	316.481	186.966	1.121.391	7.232.468	1.369.594	10.226.900
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	7.591	15.233	70.250	535.111	278.172	906.357
	324.072	202.199	1.191.641	7.767.579	1.647.766	11.133.257
Pré-fixadas						
Fornecedores	875.434	118.715	-	-	-	994.149
	1.199.506	320.914	1.191.641	7.767.579	1.647.766	12.127.406

Risco de Crédito

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig Distribuição administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig Distribuição divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual superior ao mínimo definido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) **
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

** O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”), que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, bem como uma relação Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4 vezes, os quais, se não observados, obrigam a Cemig D a providenciar, em até 30 dias contados da data de comunicação por escrito do banco sobre o não atingimento de algum dos índices, a constituição de garantias reais aceitas pelo banco, que representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos. Destaca-se, entretanto, que o que poderá ensejar a aceleração do vencimento da dívida é o descumprimento da obrigação de constituir garantias reais.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	31/03/2016	31/12/2015
Total do Passivo	13.194.011	13.495.386
Caixa e Equivalentes de Caixa	(595.146)	(318.834)
Fundos Vinculados	(188)	(89)
Passivo Líquido	12.598.677	13.176.463
Total do Patrimônio Líquido	3.078.707	2.695.848
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	4,09	4,89

26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31/03/2016	Valor justo em 31 de março de 2016		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	40.223	-	40.223	-
Letras Financeiras – Bancos	188.193	-	188.193	-
Letras Financeiras do Tesouro	42.127	42.127	-	-
Debêntures	62.452	-	62.452	-
	332.995	42.127	290.868	-
Fundos Vinculados	188	-	188	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	163.790	-	-	163.790
	496.973	42.127	291.056	163.790

	Saldo em 31/12/2015	Valor justo em 31 de dezembro de 2015		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	41.785	-	41.785	-
Letras Financeiras – Bancos	135.193	-	135.193	-
Letras Financeiras do Tesouro	27.491	27.491	-	-
Debêntures	47.151	-	47.151	-
	251.620	27.491	224.129	-
Fundos Vinculados	89	-	89	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	135.983	-	-	135.983
	387.692	27.491	224.218	135.983

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	31/03/2016	31/03/2015
Encargos Financeiros Capitalizados	39.439	33.511
Transferências de Ativos Intangíveis para Ativos Financeiros	25.961	185.457
Receita e despesa de Construção de Infraestrutura de Distribuição	218.594	202.640

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de Cédula de Crédito Bancário - Caixa Econômica Federal

Conforme apresentado na Nota Explicativa 16, a Cemig D emitiu, em 22 de março de 2016, em favor da Caixa Econômica Federal, uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$750 milhões. Os recursos serão desembolsados pela Caixa Econômica Federal em 8 parcelas, no período compreendido entre o mês de março e o mês de maio do ano de 2016. Do total do montante, foram liberados R\$355 milhões em março de 2016, R\$300 milhões em abril de 2016 e R\$40 milhões em maio de 2016.

Emissão de Cédula de Crédito Bancário - Banco do Brasil

A Cemig D celebrou, em 22 de abril de 2016, termos aditivos a duas Cédulas de Crédito Bancário, emitidas em favor do Banco do Brasil, no valor total de R\$600 milhões de reais, cuja finalidade consiste em rolagem de dívidas da companhia. A taxa de juros é de 128,00% do CDI a.a. e os recursos serão pagos em 4 parcelas semestrais com vencimento final em abril de 2018.

Pagamento de dividendos inferior ao mínimo obrigatório

Em 29 de abril de 2016, foi aprovada nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a proposta do Conselho de Administração que, do Lucro Líquido do exercício de 2015, no montante de R\$370.209, sejam destinados R\$92.552 ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.

Os valor que deixou de ser distribuído como dividendo obrigatório corresponde ao montante de R\$97.803.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

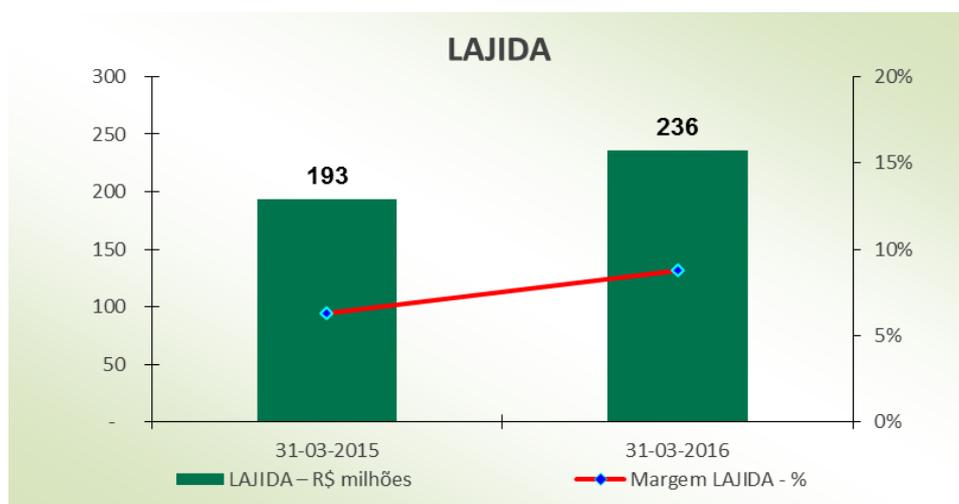
Resultado do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no primeiro trimestre de 2016, prejuízo de R\$27.141 em comparação ao lucro líquido de R\$5.296 no primeiro trimestre de 2015. As principais variações na comparação dos resultados dos 1^{os} trimestres de 2016 e 2015 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou um aumento de 22,26% no primeiro trimestre de 2016 em comparação com o mesmo período de 2015:

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2016	31/03/2015	Var. %
Resultado do Período	(27.141)	5.296	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social	1.266	11.335	(88,83)
+ Resultado Financeiro Líquido	139.757	64.508	116,65
+ Amortização	121.845	111.671	9,11
= LAJIDA	235.727	192.810	22,26



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Em linha com o aumento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 6,29%, no primeiro trimestre de 2015 para 8,76% no primeiro trimestre de 2016.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$4.330.935, no primeiro trimestre de 2016, em comparação a R\$3.388.991, no primeiro trimestre de 2015, representando um aumento de 27,79%. Os principais impactos na Receita, no primeiro trimestre de 2016, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015 (efeito integral em 2016);
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- Redução de 5,50% no volume de energia vendida.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo.

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh (1)		
	31/03/2016	31/03/2015	Var %
Residencial	2.490.519	2.563.143	(2,83)
Industrial	831.301	951.678	(12,65)
Comércio, Serviços e Outros	1.515.276	1.595.777	(5,04)
Rural	723.827	794.723	(8,92)
Poder Público	215.402	217.588	(1,00)
Iluminação Pública	329.062	331.051	(0,60)
Serviço Público	292.885	316.384	(7,43)
Total	6.398.272	6.770.344	(5,50)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

Destaca-se a redução de 12,65% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da redução dos níveis de atividade econômica em 2016, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No primeiro trimestre de 2016, essa receita correspondeu ao montante de R\$417.175, comparada a R\$226.156 no mesmo período de 2015, o que representou um aumento de 84,46%.

Esta variação decorre, principalmente, do impacto tarifário de 96,21% ocorrido em 2015 (Reajuste Tarifário Extraordinário ocorrido em março de 2015 somado ao Reajuste Tarifário Anual ocorrido em abril de 2015). Os reajustes de 2015 devem-se, principalmente, ao repasse do aumento da cota de CDE - Conta de Desenvolvimento Energético.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Informações Contábeis Intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma realização de R\$132.204 no primeiro trimestre de 2016, em comparação a uma constituição de R\$550.270 no mesmo período de 2015. Essa variação deve-se, principalmente, à redução dos custos com energia adquirida em Leilão e do repasse de recursos de bandeiras tarifárias. Vide maiores informações na nota explicativa nº 12 das Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$218.594, no primeiro trimestre de 2016, comparados a R\$202.640, no primeiro trimestre de 2015, um aumento de 7,87%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 19,70% nos períodos comparados (R\$296.630 no primeiro trimestre de 2016, em comparação a R\$247.801 no primeiro trimestre de 2015) decorrente, principalmente, do aumento de R\$70.345 na receita de subvenções destinadas a subsídios aos consumidores de baixa renda e para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita no primeiro trimestre de 2016 foram de R\$2.441.530, comparados a R\$1.551.175 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 57,40%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$550.745, no primeiro trimestre de 2016, comparados a R\$291.718, do primeiro trimestre de 2015.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$2.575.718 no primeiro trimestre de 2016, comparados a R\$2.983.544 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 13,67%.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais podem ser vistas na Nota Explicativa nº 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.276.015 no primeiro trimestre de 2016, comparados a R\$1.837.924 no primeiro trimestre de 2015, uma redução de 30,57%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Redução de 42,57% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$665.444 no primeiro trimestre de 2016, comparados a R\$1.158.643 no primeiro trimestre de 2015, decorrente principalmente do desligamento de parte das usinas termelétricas em 2016 em função da melhoria do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com a conseqüente redução dos gastos com combustível dessas usinas;
- Redução de 14,36% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, que foi de R\$316.575 no primeiro trimestre de 2016, comparados a R\$369.670 no primeiro trimestre de 2015. Essa variação decorre, principalmente, da redução da tarifa, que era de U\$38,07/kW/mês no primeiro trimestre de 2015 e passou para U\$25,78/kW/mês, a partir de janeiro de 2016 e, adicionalmente, da redução de 5,25% da quantidade de energia comprada.
- redução de 64,74% na despesa com energia de curto prazo, em função basicamente do menor custo da energia no mercado atacadista em 2016 (R\$86.245 no primeiro trimestre de 2016 e R\$244.618 no primeiro trimestre de 2015).

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$213.345 no primeiro trimestre de 2016, comparados a R\$195.207 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 9,29%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$288.395 no primeiro trimestre de 2016, comparados a R\$228.260 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 26,34%. Essa variação decorre, principalmente dos seguinte fatores:

- reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia;
- reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$144.560 no primeiro trimestre de 2016 comparados a R\$40.153 no primeiro trimestre de 2015.

Destaca-se o crescimento das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que foram de R\$76.561 no primeiro trimestre de 2016 em comparação a R\$26.952 no primeiro trimestre de 2015, principalmente em função do aumento da inadimplência, influenciada pelo expressivo aumento nas tarifas ocorrido em 2015 e também pelo cenário econômico brasileiro.

Com relação às provisões para contingências, destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, que foram de R\$31.876 no primeiro trimestre de 2016 em comparação a R\$9.436 no primeiro trimestre de 2015. Além disso, houve um crescimento das provisões regulatórias, que foram de R\$21.474 no primeiro trimestre de 2016 em comparação a R\$241 no primeiro trimestre de 2015, em função de auto de infração da Aneel, na esfera administrativa, relacionado à avaliação dos serviços de distribuição de energia. Maiores informações na nota explicativa nº 19.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no primeiro trimestre de 2016, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$139.757, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$64.508 no mesmo período de 2015. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 49,73% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$151.272 no primeiro trimestre de 2016 comparados a R\$101.031 no primeiro trimestre de 2015. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento em 2016 da dívida indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 3,25% no primeiro trimestre de 2016, em comparação a 2,81% no primeiro trimestre de 2015.
- redução da receita com Atualização do Ativo Financeiro BRR, sendo o montante de R\$1.846 no primeiro trimestre de 2016, comparados a R\$91.553 no mesmo período de 2015. Essa variação deve-se à redução da base de remuneração após a renovação do contrato de concessão em dezembro de 2015. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 12 destas Informações contábeis Intermediárias.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no primeiro trimestre de 2016, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.266 em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$25.875, representando um percentual de 4,89%. No primeiro trimestre de 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$11.335 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$16.631, representando um percentual de 68,16%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Mauro Borges Lemos

Diretor-Presidente

Mateus de Moura Lima Gomes

Diretor Vice-Presidente

Fabiano Maia Pereira

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Márcio Lúcio Serrano

Diretor de Gestão Empresarial

Evandro Leite Vasconcelos

Diretor Comercial

César Vaz de Melo Fernandes

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Luís Fernando Paroli Santos

Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Raul Lycurgo Leite

Diretor Jurídico

Ricardo José Charbel

Diretor de Distribuição e Comercialização

Franklin Moreira Gonçalves

Diretor

Felipe Torres do Amaral

Diretor de Gás

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC-1MG 089.422/O-0